

# Gazeteiros atrapalham Constituinte

## AGLAÉ LAVORATTE

Na Constituinte, quem trabalha foi punido: os assíduos foram impedidos de trabalhar porque, ausentes, os gazeteiros não permitiam que as votações fossem realizadas. Nenhum tema polêmico podia entrar em votação, e somente pelos acordos a Constituição começou a ser aprovada.

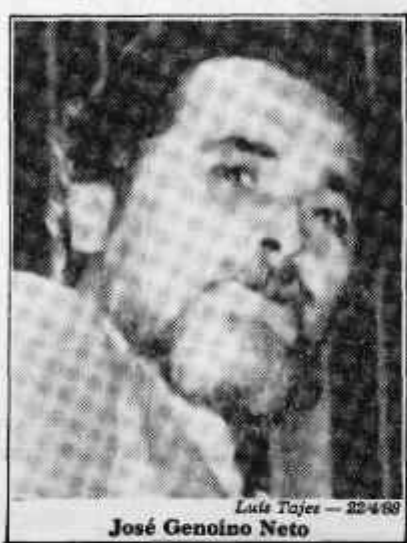
Das 732 votações realizadas no plenário da Constituinte este ano, em apenas quatro delas o número de parlamentares foi superior a 550, e apenas uma vez todos os constituintes votaram. Foi na definição do sistema de governo, no dia 22 de março, quando o placar eletrônico registrou 344 votos para o presidencialismo, 212 para o parlamentarismo e três abstenções. No mesmo dia, foi votado o mandato dos futuros presidentes.



Alencar Monteiro — 18:30  
Dirce Tutu Quadros

Somente 70 dias depois, no dia 2 de junho, a Constituinte conseguiu novamente reunir mais do que 550 parlamentares em plenário. A primeira votação foi a do texto básico do Centrão para as Disposições Transitórias, que obteve 552 votos, e logo depois a votação que determinou cinco anos de mandato para o presidente Sarney, que registrou 553 presenças em plenário. O comparecimento médio dos constituintes oscilou entre 320 e 380 durante a votação do corpo permanente da Constituição, mas quando se iniciou a votação das Disposições Transitórias, a média subiu para 450, porque cada constituinte estava interessado em vários dispositivos.

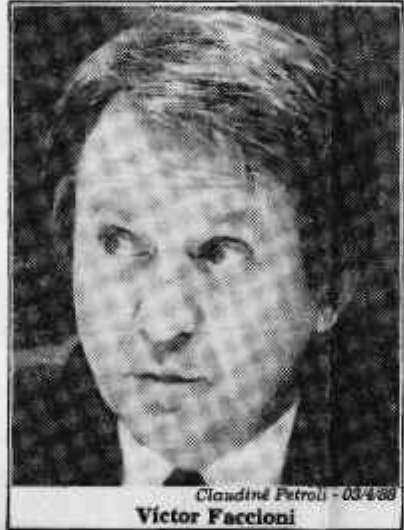
Esse levantamento foi elaborado pelo deputado Paulo Delgado, do PT, que ficou conhecido como "caçador de gazeteiros" e até mesmo "dedo-duro". Delgado não faltou a nenhuma sessão, e mesmo com o filho de um ano hospitalizado com uma infecção grave, estava em Plenário: "Não é possível. Fomos eleitos para votar uma Constituição. Por causa de alguns que não aparecem, não podemos ser penalizados e não podemos penalizar toda a Nação, que aguarda uma decisão".



Lula Tajes — 22:48  
José Genoíno Neto

No início timidamente, depois com apoio a sua denúncia, Delgado conseguiu enfim que a Mesa da Constituinte decidisse punir os faltosos. A lista fez justiça e foram aplicadas multas sobre os vencimentos recordistas de ausências, com Mário Bouchardet (PMDB), Felipe Cheide (PMDB), Adhemar de Barros Filho (PDT), entre outros.

A verdade é que os faltosos influíram de forma decisiva na elaboração da Constituição, analisa Delgado, "porque, se não estavam para votar, o quórum não permitia a aprovação de nada, só do que era possível. Por acordo. E quando estavam, votaram sempre com o governo".

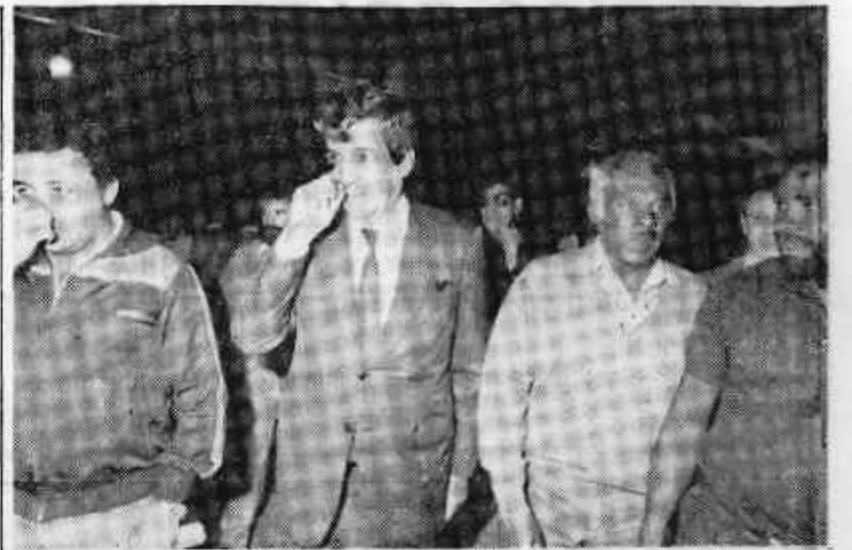


Cláudio Petrolí — 03:48  
Victor Faccioni

Os ausentes chegaram a ser chamados de "bancada dos silenciosos", como admitiu um dos líderes do Centro Democrático, deputado Expedito Machado (PMDB). Ele reconheceu que esta bancada entre 80 e 120 constituintes decidia pela ausência. "A Constituição tinha que ser um instrumento para o País, mas, pela omissão de muitos, acabou sendo uma simples fotografia do Brasil", concluiu Delgado.



Alencar Monteiro — 17:67  
Nilson Gibson



Pazzianotto acha que questão social será alterada

## Ministro prevê "lobby" patronal contra greve

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, disse ontem em São Paulo que um forte lobby patronal deverá derrubar algumas das conquistas dos trabalhadores no segundo turno da Constituinte. Segundo o ministro, alguns dos itens que poderão ser retirados da nova Carta são a redução da jornada de trabalho para seis horas, o direito à greve e a licença paternidade.

Admitindo não ver motivos para que alguns desses itens figurem na Constituição, Pazzianotto citou como exemplo a regulamentação do direito à greve, que em sua opinião deve ser feita pela lei ordinária. Citou também a licença paternidade, que no primeiro turno foi esticada de um para oito dias. "Esses casos de afastamento sem perda de salário já são previstos na Consolidação das Leis do Trabalho; basta apenas

modificar a própria lei", argumentou.

Pazzianotto criticou ainda a anistia às dívidas dos microempresários, recentemente aprovada. Para ele, "a Assembléia Constituinte deve avaliar muito bem as repercussões nacionais de suas medidas, sem prejudicar a população. Quando uma empresa quebra, normalmente o empresário fica bem e o trabalhador não pode pagar por isso", destacou.

Pazzianotto finalizou afirmando que a Constituição "representa o pensamento nacional", e que se foram adotadas medidas erradas, "agora precisa refletir". O ministro esteve em São Paulo para a assinatura de um contrato de empréstimo entre a Caixa Econômica Federal e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

## Só 30% trabalharam no plenário

Quando o garçom se dirigiu ao deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) com um copo que continha dois dedos de água escura e ofereceu o mesmo com o recado "mandaram servir isto para o senhor", a gargalhada foi geral, incluindo o próprio Ponte, que comentou: "Só pode ser coisa do Genoíno". O copo em questão continha extrato hepático, um remédio amargo para o fígado que havia sido encontrado na mesa de negociações da Constituinte, onde menos de 10% dos eleitos em 86 negociaram e decidiram a futura Constituição.

Efetivamente, os 60 milhões de brasileiros que foram às urnas para eleger deputados e senadores que integrariam a Assembléia Nacional Constituinte não podiam imaginar que apenas 30% dos eleitos se dedicariam ao trabalho. Desses 150, menos de 50, ou 10% do total, foram os negociadores, representando todas as correntes ideológicas e partidárias.

Servir extrato hepático para o deputado Raul Ponte foi uma forma de aliviar a tensão da negociação da reforma agrária, que não caminhava. "Essas brincadeiras fazem parte do jogo. É uma questão de sobrevivência", explicou o deputado Genoíno, que não nega nem confessa ser o autor da brincadeira.

Brincadeiras à parte, os negociadores agiram com habilidade e, juntamente com os que aguardavam em plenário, pagaram um preço alto pela assiduidade nos trabalhos. Esse grupo de assíduos se divide em três. O primeiro é o que conduziu e participou das negociações,

representando todas as correntes ideológicas e partidárias. O segundo são os assíduos de plenário, que abrem a Constituinte todos os dias, falam para eles mesmos mas "não deixam a peteca cair", diz um deles, o deputado Victor Faccioni. O terceiro é a reunião dos dois primeiros mais a soma de cerca de cem que moram em Brasília e estão sempre nas votações.

Do grupo de negociações fazem parte Sandra Cavalcanti, Mário Covas, Nilson Jobim, Adolfo de Oliveira, José Fogaça, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Vivaldo Barbosa, Beth Azize, José Lins, Inocêncio de Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire. Esses, sem dúvida, são os mais sacrificados pessoalmente. Abandonaram a família, as bases, e terminam o primeiro turno

num quadro clínico diagnosticado de stress.

Os incansáveis de plenário abriram a Constituinte, com o segundo vice-presidente Jorge Arbage, pontualmente às 14h30, nos últimos seis meses. E Arbage anunciava: "Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos". Então os trabalhos iniciavam sempre com o pinga-fogo que teve seu recordista, o deputado Adyson Motta, que fez 1.100 intervenções. Falava sempre contra o governo e insistia com a política econômica.

Também integram esse grupo de incansáveis a deputada Tutu Quadros, José Genoíno, Nilson Gibson, Antônio de Jesus, Paulo Ramos, Victor Faccioni e Paulo Delgado. A deputada Tutu Quadros é a que possui a assessoria mais competente e suas intervenções sempre refletem o assunto do dia, enquanto Nilson Gibson, por exemplo, preferia fazer pequenas comunicações sobre seu estado. Pernambuco, mandando um "recado para as bases através da Voz do Brasil, já que não posso estar lá todos os dias".

Os assíduos de plenário é uma lista de cerca de cem que inclui particularmente a esquerda e uma pequena parte da liderança do PFL e o PDS sempre atento a plenário, como Gérson Peres ou Jarbas Passarinho. Mas a assiduidade, além de trazer transtornos familiares e pessoais, trazia um problema mais grave. Eles não eram suficientes para votar, sozinhos, a nova Constituição. Entre quarta e quinta-feira, o quórum aumentava, mas na segunda e na sexta, não havia número para deliberações. (A.L.)

## Ulysses, a única unanimidade

Se a Constituição que está saindo do primeiro turno não satisfaz a todos, pelo menos num aspecto os constituintes encontraram consenso: não fosse o deputado Ulysses Guimarães, nem mesmo o que foi conseguido teria sido feito. Bem-humorado, fazendo piadas e passando até mais de oito horas sem sequer levantar para ir ao banheiro, Ulysses provou ter mais energia que os jovens e habilidade suficiente para acalmar qualquer confusão.

"Códigos, códigos, vamos votar. A bancada do corredor por favor, procurem seus lugares", brincava insistentemente durante todos estes meses. Nenhuma votação ocorreu sem a sua presença e o deputado viu aprovada a única emenda de sua autoria — que aumentou a bancada de São Paulo na Câmara —, deixando de se abster apenas nesta votação.

Acompanhou de perto todas as negociações e não se afastou do plenário nem mesmo quando sua esposa,

d. Mora, esteve hospitalizada em São Paulo. Sua primeira preocupação era o quórum. Queria apressar a nova Constituição e chegou a implorar: "Eu durmo quórum, almoço quórum, sonho com quórum, não penso em mais nada. Pelo amor de Deus, estejam aqui na segunda-feira para que possamos votar", apelou numa sexta-feira, uma das muitas em que nada foi votado pela falta de quórum. Ou se empolgava nas tardes de quarta-feira, quando o quórum era alto. "Por favor, permaneçam em plenário. Não saiam para jantar. Vamos aproveitar, vamos votar."

Aplaudido de pé na última sessão do primeiro turno, Ulysses tem o reconhecimento da esquerda e do Centrão. "Acho que muitas vezes favoreceu o Centrão, mas sem ele não teríamos Constituição", lembra Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP). "O dr. Ulysses é realmente o tocador da Constituinte", disse o líder do PFL, deputado José Lourenço. (A.L.)

Brasília/Agência Estado

## Assessores garantem retaguarda

### SÍLVIA CAETANO

Discretos, eficientes, dedicados, alguns com anos de experiência no Congresso, onde servem indistintamente a partidos e lideranças adversárias, a maioria sem trair preferências ideológicas. Outros foram trazidos de fora principalmente dos cursos de Direito ou do ministério público, para ajudar na elaboração da futura Carta. São os assessores da futura Carta. São os assessores do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, do relator, Bernardo Cabral, e das lideranças partidárias, cuja competência tem sido decisiva para o bom andamento dos trabalhos da Assembléia.

Em determinados momentos, eles coordenaram cerca de 200 funcionários em diferentes funções, englobando desde os cuidados com o painel eletrônico de votação, até a planilha entregue diariamente ao presidente Ulysses Guimarães para orientá-lo na discussão e na votação de todas as iniciativas na Consti-

tuínte. A coordenação-geral está entregue ao secretário da Mesa, Paulo Afonso Martins, um dos mais antigos servidores da Câmara e que nela já trabalhava quando foi instalada a Constituinte de 48.

Sua função pode ser considerada das mais importantes. É ele quem orienta pessoalmente o deputado Ulysses Guimarães sobre todas as questões e problemas surgidos, não somente no plenário, como fora dele, instruindo-o sobre decisões referentes ao regimento da Constituinte. Ulysses também consulta com frequência o professor Miguel Reale Júnior, que trouxe de São Paulo para assessorá-lo na Constituinte, encarregando-o, por exemplo, da redação da emenda presidencialista apresentada pelo deputado Manoel Moreira. Miguel Reale cuida também das articulações políticas de interesse do deputado paulista no âmbito da Constituinte.

Mozart Vianna de Paiva, 35 anos, funcionário da Câmara há 12

anos, pode ser considerado o segundo na hierarquia depois de Paulo Afonso. Ele é encarregado do apoio à Mesa da Constituinte, e chega a coordenar, simultaneamente, quatro grupos de servidores, com quase 150 pessoas, para garantir o bom andamento dos trabalhos. Tasmânia de Brito Guerra, 43 anos, é outra presença indispensável atrás da Mesa da Constituinte: controla pessoalmente todo o material que chega ao plenário. O diretor Legislativo da Casa, Hélio Dutra, integra com eficiência a equipe de assessores, onde se destacam ainda Carlos Brasil e Kleber Gomes Ferreira, este, responsável também pela central de computadores. Estevão de Resende Martins, 40 anos, pouco se faz notar, mas é presença constante ao lado do relator Bernardo Cabral. O relator conta ainda com o valioso auxílio do sociólogo Antônio Carlos Bojo, que se integrou à sua equipe logo que retornou dos Estados Unidos, onde fez doutorado em ciências políticas.

A liderança do PMDB provavelmente não teria funcionado sem a retaguarda de José Lucena Dantas, 54 anos, funcionário do Senado há 24, onde foi diretor da gráfica e do Prodasen. Discreto, silencioso, Lucena se dedica há 14 meses, permanentemente "à disposição", ao suporte técnico-legislativo no gabinete peemedebista. Lá ainda trabalham no mesmo ritmo Eduardo Antônio Lucho Ferrão, gaúcho, promotor de Justiça, professor de Direito Constitucional, atividade também exercida por José Afonso da Silva, que foi secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo durante a gestão Mário Covas. Candidato derrotado a deputado federal pelo PMDB paulista, José Afonso integrou a Comissão Constitucional Afonso Arinos, de onde trouxe a idéia do *habeas data*, aprovada pela Constituinte. Ele chegou a elaborar um anteprojeto completo de Carta apenas para orientar o senador Mário Covas.

Brasília/Agência Estado